



Genaldio Magela

## Viana participa de simpósio sobre Amazônia

O presidente interino do Senado, Tião Viana, compareceu ontem à solenidade de abertura do 1º Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Sustentável, no Salão Negro do Congresso Nacional. Os debates do simpósio deverão resultar em propostas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tião Viana também recebeu a ministra da Suprema Corte canadense Beverly McLachlin, acompanhada de Valdir Raupp e Eduardo Suplicy. **Página 5**

Tião Viana (E), ao lado do vice-presidente José Alencar e de Arlindo Chinaglia

## Verbas oficiais para institutos históricos

Os institutos históricos e geográficos dos estados e do Distrito Federal poderão receber contribuições do governo federal, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Educação. **Página 8**

## Manutenção de bueiros pode ser obrigatória

A Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto que torna obrigatória a manutenção de galerias pluviais e bueiros. A falta de cuidados preventivos tem provocado inundações. **Página 6**

## Acionista preferencial sem dividendo deve ter direito a voto

O acionista preferencial que não receber dividendos no prazo previsto no estatuto da companhia (que não pode ser superior a três exercícios consecutivos) terá direito de voto. A medida é prevista em projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 7**



José Cruz

# Oposição obstrui MPs e adia debate da CPMF

“Temos um longo trâmite pela frente”, afirma líder governista diante de obstáculos ao início da discussão da proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira



Leopoldo Silva

Crivella (E), Renan, Jucá e Casagrande na sessão em que não foram votadas MPs

A proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) estava na pauta de ontem, quando teria o primeiro dia de discussão. Mas a oposição, depois de acusar o governo de descumprir acordo que previa veto a dispositivo de medida provisória que permite repasse de verbas em período eleitoral, decidiu obstruir a ordem do dia. Como três medidas provisórias e um projeto de conversão tinham preferência de votação, a obstrução acabou atingindo de tabela a CPMF, que não foi discutida. O presidente interino do Senado, Tião Viana, esperava votar a proposta em primeiro turno até 14 de dezembro. **Páginas 4 e 5**

Senado e Câmara analisam créditos suplementares e especiais a ministérios, empresas estatais e órgãos públicos

## Congresso vota hoje créditos orçamentários em sessão conjunta

O Congresso realiza hoje sessão conjunta às 11h para votar créditos especiais e suplementares a ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. Entre as matérias que constam da pauta está o projeto que abre, ao orçamento de investimento deste ano, crédito suplementar de R\$ 694,649 milhões em favor de empresas estatais. A proposta (PLN 43/07) também reduz o orçamento de investimento de diversas empresas, num total de R\$ 1,454 bilhão.

A Infraero está entre as estatais beneficiadas, e pode receber R\$ 400,712 milhões do Orçamento deste ano. Para as empresas do grupo Petrobras, o projeto prevê

crédito suplementar de R\$ 8,298 bilhões. A proposta também contempla diversas empresas estatais de energia elétrica, como a Eletro-norte (crédito suplementar de R\$ 29,243 milhões), a Eletrosul (R\$ 37,371 milhões), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (R\$ 23,500 milhões), Furnas Centrais Elétricas S.A (R\$ 56,814 milhões); e as companhias de eletricidade dos estados do Acre, Alagoas e Amazonas.

Já os créditos especiais beneficiam o Ministério da Previdência e Assistência Social com previsão de R\$ 35 milhões; o da Saúde, com R\$ 49,930 milhões; e o da Defesa, com R\$ 5,791 milhões.

## “Gastos do governo com supérfluos são exorbitantes”, critica Alvaro

Na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR), o governo não promove a reforma tributária pois tem “receio de perder dinheiro”. O senador reafirmou ser contrário à prorrogação da CPMF e disse que, de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o governo federal terá R\$ 50 bilhões a mais do que o previsto para gastar em 2008, “valor mais que suficiente para compensar a arrecadação da contribuição”.

– É um governo perdulário que gasta de forma exorbitante no supérfluo – disse.

Alvaro ressaltou que os gastos com pessoal aumentaram durante o governo Lula, e reiterou seu pedido à Mesa do Senado no sentido de cobrar do governo federal explicações e informações sobre gastos com os chamados cartões corporativos. O presidente interino do Senado, senador Tião Viana, garantiu que a Mesa tomará as devidas providências.

Em apartes, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Gerson Camata (PMDB-ES), Mário Couto (PSDB-PA) e José Agripino (DEM-RN) apoiaram o discurso.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta do Plenário continua obstruída por medidas provisórias

A sessão do Plenário tem início às 14h. Três medidas provisórias e um projeto de lei de conversão trancam a pauta de votações. As três MPs, que revogam outras medidas

provisórias, foram baixadas com o objetivo de desobstruir a pauta da Câmara dos Deputados, durante o exame da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF) naquela Casa. Já o projeto de lei de conversão altera a medida provisória que instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.

### Audiência discute pesquisa sobre práticas farmacêuticas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência, às 11h, para debater a consulta pública realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a proposta que dispõe sobre o regulamento técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias. Entre os convidados para o encontro, está o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello.



### Biodiesel em debate na Comissão de Infra-Estrutura

O projeto que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira é um dos seis itens da pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 10h. O objetivo da proposta é estabelecer

linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.



### Educação para a nova indústria

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) reúne-se em audiência pública para debater o programa Educação para a Nova Indústria. Estará presente o deputado federal Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião para votar projetos de lei de abertura de créditos, requerimentos e ofícios.

### Horário flexível para a Voz do Brasil

Propostas de flexibilização do horário de transmissão do programa Voz do Brasil pelas emissoras de rádio serão debatidas na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que se reúne às 9h. Entre os convidados, estão o secretário nacional de Defesa

Civil do Ministério da Integração Nacional, Roberto Guimarães; o presidente da Radiobrás, José Roberto Garcez; e a editora-chefe do programa do Senado na Voz do Brasil, Ester Monteiro da Silva, da Rádio Senado.



### CCJ vota projeto sobre agressão a policial

Entre os 13 itens na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h, está o projeto de lei que propõe alterações no Código Penal a fim de determinar o agravamento da pena de agressor a agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela. Também deve ser analisada a proposta que altera a Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aula nos presídios.

### Reserva Raposa Serra do Sol

A partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debate problemas relativos à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, na fronteira de Roraima com a Guiana e a Venezuela. Estão convidados para a reunião o governador de Roraima, Ottomar Pinto, e deputados da Assembleia Legislativa daquele estado.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Papaléo Paes, César Borges, Mão Santa e Serys Slhesarenko



Projeto de Paim instituiu o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem

## Paulo Paim quer o fim de toda forma de preconceito

O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem, foi instituído com a aprovação de projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), que lembrou o objetivo principal da data: debater o fim de toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.

– Uma data em que pudéssemos discutir formas de eliminar o preconceito contra negros, índios, imigrantes, mulheres, idosos, crianças, entre outros. Um dia para promover a igualdade entre todas as pessoas, independentemente de procedência, gênero, orientação sexual e religião – afirmou.

Paulo Paim também lembrou o Estatuto da Igualdade Racial, já aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Ele anunciou que no próximo dia 26 o Plenário da Câmara será transformado em uma comissão geral para debater o estatuto.

## Para Serys, Brasil precisa reconhecer seus heróis

No aniversário de Zumbi dos Palmares (1655-1690), líder do quilombo em Alagoas que, no século 17, desafiou a coroa portuguesa, Serys SIlhessarenko (PT-MT) propôs ontem uma reflexão sobre o hábito do brasileiro de imaginar a figura do herói nacional como um homem branco.

Para a senadora, essa crença não condiz com a realidade do Brasil, que tem a maior população negra fora da África e reflete a situação de inferioridade a que os afrodescendentes estão submetidos.

– A maior parte dos negros não está na universidade. Poucos ocupam postos de comando ou de destaque na política. Uma realidade que precisamos alterar – afirmou Serys SIlhessarenko, que destacou a criação, no Brasil, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, liderada pela ministra Matilde Ribeiro.

Presidente licenciado do Senado considera “político” o processo a que responde e diz que, do contrário, já teria sido julgado

# Renan espera calendário de processo para tomar decisão

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem que só vai decidir se renova ou não a licença de 45 dias depois de definido o “calendário do processo”. Ou seja, as datas de apreciação do projeto de resolução que propõe a perda do seu mandato na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário do Senado. A licença de Renan termina na segunda-feira.

– Não posso falar nada por enquanto. Tenho até segunda-feira para decidir, mas vou me submeter a todo o calendário – disse o senador, enquanto se dirigia ao gabinete do líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), para discutir justamente o atraso no andamento do processo diante da decisão de Arthur Virgílio (PSDB-AM) de não apresentar hoje seu parecer à CCJ.

– Esse é um processo político mantido artificialmente. Caso contrário, eu já teria sido julgado.

Não tendo encontrado Raupp



Renan critica vinculação entre calendários do processo e da CPMF

nem o presidente interino, Tião Viana (PT-AC), Renan voltou ao seu gabinete. Ele disse estar esperando o resultado de uma conversa entre o presidente interino e Arthur Virgílio.

– Eu próprio conversei com o Arthur, mas ele não me deu as razões dele [sobre o adiamento do parecer] – contou Renan, negando ter ressentimento em relação a qualquer senador.

Conversar sempre com seus co-

legas é uma das tarefas do que ele chama de seu “dever de casa”. Por estar cuidando quase que em tempo integral de sua defesa, não estaria envolvido nas negociações em torno da PEC da CPMF, embora lembrando sua opinião de que não seria necessário fechar questão no PMDB sobre o assunto, dada a disposição da bancada em seguir o líder, “sem problemas”.

### Vinculação

Renan Calheiros, entretanto, criticou a vinculação dos calendários de votação da CPMF e do processo contra ele.

– São assuntos com tempos completamente diferentes. Não há como fazer coincidir os sem arcar com o ônus – advertiu.

O presidente licenciado não quis falar sobre os termos do processo, sua estratégia de defesa e sua possível sucessão, cujo debate foi antecipado com o lançamento da candidatura de Garibaldi Alves (PMDB-RN), no Plenário. Não deixou, porém, de afirmar que está sendo condenado “sem provas”.

## Virgílio anuncia que pode dar parecer no dia 28

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a afirmar ontem, em entrevista à imprensa, que não vai apresentar hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seu relatório sobre o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que sugere a perda de mandato do senador Renan Calheiros. O relator disse que considera a quarta-feira da próxima semana (28) seu prazo final, apesar de ainda ter dúvidas sobre tal data, já que, segundo ele, não foi notificado a respeito dos prazos regimentais.

Virgílio declarou que vai apresentar seu parecer no último dia a que tiver o direito de fazê-lo, porque pretende elaborar um relatório “esmerado”. Observou ainda que poderá haver demora na votação do relatório na CCJ caso haja pedido de vista, seja por parte dos senadores da oposição ou dos que integram a base de apoio ao governo. Lembrou que o documento não é definitivo ou inquestionável.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de o projeto de resolução seguir diretamente para o Plenário – sem ser analisado pela Comissão de Justiça –, Arthur Virgílio informou que o presidente interino do Senado, Tião Viana, lhe garantiu que não tomará tal iniciativa. Os líderes, afirmou ainda o relator, também não farão uso dessa possibilidade. Segundo o parlamentar do Amazonas, a relação custo-benefício de tal medida não interessaria ao governo.

## Oposição dá “tiro no pé” com adiamento, diz Casagrande

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem que tanto ele quanto o presidente interino do Senado, Tião Viana, com quem havia conversado pouco antes, estão preocupados com a decisão do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), de adiar para a próxima semana a apresentação de parecer sobre o projeto de resolução que sugere a perda do mandato de Renan Calheiros. Na opinião de Casagrande, quanto mais o Senado demorar a tomar uma decisão nessa matéria, pior para a imagem da instituição.

– Encontrei no presidente [interino] do Senado a mesma preocupação que me trouxe aqui, a de que precisamos nos mobilizar em busca do diálogo para encontrar uma saída – disse Casagrande, que, como relator da primeira representação contra Renan, opinou pela perda do mandato do então presidente do Senado.

Casagrande definiu como “um tiro no pé” a atitude de Arthur Virgílio.

– Estou preocupado com essa decisão do Arthur. A oposição toma uma medida com o argumento de que o governo quer salvar Renan para preservar a CPMF, mas a oposição está tomando uma medida que, com o objetivo de prejudicar a CPMF, pode estar salvando o Renan. O atraso na votação do caso Renan cria dificuldade para o governo na votação da CPMF, mas, ao mesmo tempo, pode fazer com que a situação de Renan melhore ainda mais no Plenário.

Para Casagrande, o mais sensato nesse momento é votar imediatamente a representação.



Osmar promete votar contra o governo caso haja acordo pela absolvição de Renan

## Osmar teme que imagem do Senado seja jogada na lama

Osmar Dias (PDT-PR) prometeu votar contra todas as medidas de interesse do governo federal caso realmente exista um acordo para absolver Renan Calheiros em troca dos votos da bancada do PMDB a favor da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Na opinião de Osmar Dias, tal acordo “jogaria a imagem do Senado em um lamaçal”. Ele ainda afirmou que, mesmo que o PDT seja um partido da base governista, isso não significa que o partido tenha que acompanhar todas as decisões do governo federal.



“Queremos recuperar a dignidade do Senado”, afirma Garibaldi Alves

## Garibaldi afirma que é candidato a presidente

Garibaldi Alves (PMDB-RN) admitiu, em aparte a Osmar Dias (PDT-PR), que será candidato à Presidência do Senado caso Renan Calheiros se afaste definitivamente do cargo, como tem sido cogitado pela imprensa.

– Quero dizer que, na verdade, estou buscando a Presidência da Casa, mas, se for vitorioso, quero ganhar essa eleição de acordo com um padrão de dignidade, porque queremos recuperar a dignidade do Senado – observou Garibaldi, que afirmou desconhecer acordo entre o PT e o PMDB pela absolvição de Renan em troca da aprovação da CPMF.



Mário Couto afirma que governo não tem motivos para comemorar

## Mário Couto: país cresce pouco e reservas haviam sido anunciadas dois anos atrás

As recentes comemorações festivas do governo em torno do crescimento do produto interno bruto (PIB) e da descoberta de uma gigantesca reserva de petróleo na bacia de Santos são imotivadas, na opinião de Mário Couto (PSDB-PA). Ele classificou como pífio o desempenho do PIB e lembrou que a descoberta da reserva petrolífera já havia

sido anunciada há dois anos sem nenhuma festa.

– Quem entra no hospital público sai pior do que entrou. Na educação, alunos não têm sequer cadeiras para sentar. A violência se alastrou de tal maneira que não se pode mais conter. No Pará, a violência está incontrolável. Os políticos estão desacreditados e o Congresso desmoralizado

porque o rei faz o que quer. As estradas abandonadas, a corrupção cometida pelo PT. Há o que se comemorar neste país?

Mário Couto disse que o governo gastou mal e deu como exemplo as despesas do gabinete da Presidência da República com cartões de crédito corporativos. Segundo ele, em 2005, o gabinete de Lula gastou R\$ 223 milhões, e em

2006 essas despesas subiram para R\$ 350 milhões. Os gastos anuais do Palácio da Alvorada totalizam R\$ 140 milhões, e o presidente Lula ainda conta com o auxílio de 48 mordomos. A primeira dama, Marisa Letícia, gastou R\$ 441 mil em 2004 com cartão.

O senador afirmou que esses gastos são inalcançáveis por qualquer órgão de fiscalização.

## Oposição obstrui votações até que governo cumpra acordo

Jucá afirma que Lula vetará artigo de medida provisória que permitiria repasse de recursos federais para estados e municípios em período eleitoral. PSDB e DEM vão aguardar

O não-cumprimento de um acordo firmado pela base do governo levou os líderes do PSDB e do DEM, senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN), a anunciar a obstrução da ordem do dia.

Pelo acordo, o presidente Lula vetaria um artigo do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 33/07, proveniente da Medida Provisória (MP) 387/07, que permitiria ao governo repassar recursos federais a estados e municípios em período eleitoral, contrariando a própria legislação eleitoral. O artigo foi retirado no Senado mas, ao retornar ao exame da Câmara dos Deputados, o governo repôs o texto original.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse em Plenário que o presidente Lula

se comprometeu a vetar o artigo como havia sido anteriormente acordado, mas Arthur Virgílio afirmou que prefere aguardar a concretização do veto.

– Hoje, o senador Romero Jucá nos disse que o presidente da República se comprometeu a vetar. Eu vou aguardar, vou aguardar sem desconfiar do presidente e vou aguardar confiando no líder Romero Jucá, mas vou aguardar. Eu quero ver o veto, porque é um absurdo que alguém imagine que repasses federais possam ser feitos a prefeituras amigas às vésperas da eleição, favorecendo a corrupção, favorecendo o mau uso do dinheiro público. São fatos que vão se juntando e vão criando um clima negativo para que se tenha entendimento nesta Casa – observou.

Em seu pronunciamento, Romero Jucá destacou que o veto do presidente Lula servirá para demonstrar à oposição que o governo não tem a intenção de liberar recursos em desacordo com a legislação eleitoral.

### Sem quórum

Estava prevista para ontem a votação de três MPs e de um PLV, que impedem a decisão sobre qualquer outra matéria. Os líderes anunciaram a obstrução e solicitaram verificação de quórum quando o presidente interino do Senado, Tião Viana, abriu a votação do primeiro item da pauta: a MP 390/07, que regulamenta o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Com a falta de quórum (42 senadores), Tião Viana declarou o encerramento da ordem do dia.

## Classe política é “uma fábrica de regimes autoritários”, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) acusou ontem o Congresso Nacional e a classe política brasileira de serem uma “fábrica de autoritarismo”.

– Somos fabricantes de regimes autoritários; estamos fabricando em algum lugar deste país alguém que vai ocupar o papel que [o presidente Hugo] Chávez faz hoje na Venezuela – declarou.

Cristovam disse vislumbrar, para o Brasil, um futuro semelhante ao da Venezuela, que vive uma “autocracia”, com poucas manifestações contrárias a Hugo Chávez e ao controle dos três Poderes, apesar de não haver presos políticos. O senador afirmou que o autoritarismo, a exemplo do que ocorre naquele país, é resultado

de uma elite insensível e de uma classe política desmoralizada, que age contra as necessidades do povo. Ele ressaltou inclusive que o presidente Lula, como Chávez, é fruto desse processo, com a diferença de que “buscou uma coesão social no Brasil, enquanto Chávez optou pela divisão da população”, ficando com o povo contra a elite.

O Congresso brasileiro, por sua vez, frisou Cristovam, “contribui por sua inoperância, ineficiência, submissão à vontade do Poder Executivo” e pelo que chamou de “pauta de votações equivocada”. Além disso, acrescentou, insufla o povo a desacreditar nos políticos quando passa a impressão de que há um acordo para aprovar



Cristovam Buarque aponta “inoperância, ineficiência e submissão do Legislativo”

a prorrogação da CPMF; salvar o mandato do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que responde a processos no Conselho de Ética; e para a escolha de algum indicado do Planalto para assumir a Presidência do Senado.

– Nós, democratas, somos os verdadeiros pais de regimes autoritários, quando somos irresponsáveis e não ouvimos os desejos do povo – alertou.

## Virgílio cobra explicações sobre afastamento de técnicos do Ipea

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) solicitando explicações sobre a rescisão do contrato de quatro técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que teriam sido desligados do quadro do instituto por discordarem das opiniões do governo.

De acordo com o senador, os técnicos podem ter sido demitidos por serem tucanos. Virgílio quer ouvir o ministro Roberto Mangabeira Unger, do Núcleo de Assuntos Estratégicos, ao qual o Ipea está subordinado, e o presidente da instituição, Márcio Pochmann. Foram afastados os pesquisadores Fábio Giambiagi, Otávio Tourinho, Gervásio Rezende e Regis Bonelli.

Para Arthur Virgílio, essa atitude do governo, que caracteriza uma “afronta à pluralidade de opiniões”, complica a situação



Para Arthur Virgílio, atitude do governo “afronta pluralidade de opiniões”

do presidente Lula num momento em que ele acaba de tecer elogios ao governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

O senador lembrou que conheceu um Lula sindicalista que “punha em risco sua própria liberdade pela preservação da liberdade dos outros”.

– É esse Lula que aprendi a prezar. Não o que elogia ditadores – observou.

## Crivella expõe razões para a dispensa dos servidores

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) explicou ontem os motivos para o afastamento de quatro pesquisadores do Ipea, como havia questionado Arthur Virgílio.

Segundo Crivella, dois dos técnicos afastados – Fábio Giambiagi e Otávio Tourinho – participavam de uma pesquisa realizada por meio de convênio do Ipea com o BNDES, cujo objetivo era avaliar o papel do banco no desenvolvimento nacional. Esse convênio, disse o senador, encerra-se no dia 7 de dezembro.

Outros dois técnicos, Gervásio Rezende e Regis Bonelli, eram aposentados e, para a prestação de serviços ao Ipea, deveriam ter cargo comissionado do governo ou serem funcionários concursados. O senador explicou ainda que um parecer da Procuradoria do Ipea alertou o novo presidente da instituição, Márcio Poch-



Marcelo Crivella: parecer alertou para situação irregular de pesquisadores

mann, para a situação irregular dos pesquisadores.

### Medalhas

Marcelo Crivella agradeceu as duas medalhas que recebeu pelos serviços prestados ao povo brasileiro e, em especial, ao povo de Minas Gerais. Ele foi agraciado com as medalhas Juscelino Kubitschek de Oliveira e do Mérito Legislativo, essa por indicação do deputado Vanderlei (PP).

Presidente interino do Senado, Tião Viana, prevê votação de processo contra Renan Calheiros até dia 5 e da proposta que prorroga a CPMF, até 21 de dezembro

## Com obstrução, CPMF nem começou a ser discutida

A oposição deu início, na sessão deliberativa de ontem, à manobra para atrasar o processo de apreciação, pelo Plenário, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2011.

A PEC foi incluída na ordem do dia de ontem, quando deveria ter transcorrido a primeira sessão de discussão em primeiro turno. No entanto, diante da obstrução promovida pelo DEM e pelo PSDB, as três medidas provisórias (MPs) e o projeto de lei de conversão (PLV) que travavam a pauta não foram votados (ver página 4), e a discussão nem foi iniciada.

Apesar disso, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que, ainda que corra contra o tempo, a base fará tudo “de acordo com as regras regimentais”.



Jucá: ainda que corra contra o tempo, base agirá segundo regras regimentais

– Nossa data limite é 31 de dezembro – disse ele.

Quando existe pressa para aprovação de uma determinada proposta de emenda à Constituição, é possível, no caso de acordo entre os líderes, quebrar os prazos regimentais entre o primeiro e o segundo turnos de discussão – interstício de cinco dias. Em casos recentes, os senadores chegaram a realizar todas as sessões

de discussão (cinco sessões em primeiro turno e três em segundo turno) num único dia.

No entanto, para que isso ocorra, é preciso que haja consenso, e a sessão de ontem demonstrou que, ao contrário disso, o governo encontrará dificuldades para cumprir seu calendário. Durante as cinco sessões de discussão em primeiro turno, podem ser oferecidas emendas à PEC, as chamadas emendas de Plenário. Para análise dessas emendas, a proposta terá que voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caberá ao governo determinar o prazo de análise das emendas, já que, desde a semana passada, a relatoria da matéria na CCJ passou às mãos de Jucá. Se a PEC da CPMF não for aprovada em 2007, o imposto será extinto. Uma nova proposta sugerindo sua recriação só poderia começar a tramitar por volta de março de 2008.

## Tião Viana acredita que há tempo para votar proposta

Se o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) deixar para o dia 28 deste mês a apresentação de seu parecer, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre a constitucionalidade do projeto de resolução que propõe a perda de mandato de Renan Calheiros (PMDB-AL), o julgamento, no Plenário, dessa matéria – em que o presidente licenciado do Senado é acusado de comprar empresas de comunicação e registrá-las em nome de terceiros – ficará para o dia 4 ou 5 de dezembro. Alguns dias depois,

em 14 de dezembro, os senadores decidirão, em primeiro turno, a proposta que prorroga a vigência da CPMF. Terão então sete dias, antes do início do recesso parlamentar, para deliberar sobre a CPMF em segundo turno.

As informações foram dadas na manhã de ontem pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, ao assegurar que essas matérias serão decididas em tempo hábil e que não vê risco de a crise que abalou o Senado em 2007 contaminar o exercício de 2008. Os dias 4 ou 5 de dezembro são

as datas que ele considera ideais para o Plenário ter quórum representativo para o julgamento de um assunto como quebra de decoro parlamentar. Da mesma forma, ele entende que haverá prazo suficiente, até 14 de dezembro, para a prorrogação da CPMF ser exaustivamente debatida.

– Acho que esse prazo está dentro da intensidade que o debate exige. É uma matéria que traz paixões, convicções ideológicas, teses políticas maiores que as sustentadas no dia-a-dia do Parlamento.

## Suplicy elogia decisão comercial de Brasil e Argentina

Eduardo Suplicy (PT-SP) aplaudiu a decisão dos presidentes Lula e Cristina Kirchner de eliminar a utilização do dólar como moeda de referência nas transações comerciais entre o Brasil e a Argentina. A partir de janeiro de 2008, as importações e exportações entre os dois países serão feitas em moeda local, ou seja, utilizando o real



Transações serão feitas utilizando o real e o peso, informa Eduardo Suplicy

brasileiro e o peso argentino.

O senador avalia que a medida reduzirá os custos das relações comerciais entre os dois países e, em um primeiro

momento, a Argentina será a maior beneficiada. Ele opinou que o fato de Cristina Kirchner ter escolhido o Brasil como o primeiro país a visitar após ter sido eleita presidente significa que as relações entre argentinos e brasileiros serão prioridade.

– Os dois países decidiram criar uma comissão bilateral para discutir projetos em comum nas áreas de energia, economia, defesa e ciência e tecnologia. A comissão criada se reunirá duas vezes por ano, uma em Brasília e outra em Buenos Aires – informou.



Tião Viana recebe a ministra da Suprema Corte do Canadá Beverly McLachlin

## Simpósio debate papel da Amazônia no desenvolvimento nacional

O presidente interino do Senado, Tião Viana, compareceu ontem à abertura do 1º Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Nacional, realizado no Salão Negro do Congresso. O evento contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, de ministros de Estado, parlamentares, governadores e prefeitos da região amazônica.

O simpósio é promovido pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados, presidida por Vanessa Graziotin (PCdoB-AM). A deputada ressaltou a importância do encontro para a definição de metas de desenvolvimento sustentável da região amazônica e para o equilíbrio econômico regional do país.

Segundo ela, os debates deverão resultar em propostas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### Canadá

Também ontem, Viana – juntamente com o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), e Eduardo Suplicy (PT-SP) – recebeu a ministra da Suprema Corte canadense Beverly McLachlin.

Na ocasião, Viana elogiou a visita recente do chanceler canadense ao Brasil e a ida do ministro das Relações Exteriores ao Canadá para a maior aproximação entre os dois países. Beverly, por sua vez, disse acreditar que há chances “muito fortes” de haver aumento nas transações comerciais entre os dois países.



Octaciano (E), João Carlos, Denise Zoghbi, Vânia Maione, Garibaldi, Agripino e Agaciel

## Unilegis promove lançamento de livro sobre sistemas políticos

Por iniciativa da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), foi lançado ontem, na Biblioteca do Senado Federal, o livro Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro, do pesquisador Octaciano Nogueira.

A obra é o terceiro volume da série Edições Unilegis de Ciência Política, que busca oferecer aos estudantes e profissionais das áreas de Ciências Sociais, manuais didáticos sobre os aspectos fundamentais da Ciência Política,

acessíveis a qualquer leitor.

Na cerimônia de lançamento do livro estiveram presentes os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi; e a diretora-executiva do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Zoghbi.

Segundo o autor de projeto aprovado pela CMA, Marconi Perillo, falta de cuidados preventivos em galerias de águas pluviais tem resultado em inundações

## Alteração na Lei de Saneamento garante manutenção em bueiros

Projeto que determina a obrigatoriedade da manutenção preventiva das galerias de águas pluviais foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta, que altera a Lei do Saneamento (Lei 11.445/07), recebeu parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Na justificativa do projeto (PLS 506/07), seu autor, Marconi Perillo (PSDB-GO), informa que a falta de manutenção preventiva dos bueiros e das galerias de águas pluviais "tem resultado em inundações de vias, logradouros

públicos e imóveis particulares, ocorrência mais freqüente sobretudo nas grandes cidades". O senador afirma ainda que, com tais diretrizes expressas na lei, os cidadãos poderão, com o apoio de órgãos de controle, como o Ministério Público, exigir o seu cumprimento, tanto no âmbito administrativo quanto, se necessário, na esfera judicial. O projeto segue agora para votação em decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Também foi acolhido na CMA parecer favorável ao projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que propõe a instituição da

Política Nacional de Sementes de Mudanças com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de tecnologias modernas de melhoramento genético, conservação da biodiversidade genética e prevenção de problemas fitossanitários (PLS 523/07).

Durante a reunião, o relator, senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), afirmou que o projeto deverá receber emendas e ser debatido ainda nas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Nesta última, receberá decisão terminativa.

## Audiência vai abordar atrasos e cancelamentos de vôos

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) serão convidados pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) para explicar os atrasos e cancelamentos de vôos que continuam a ocorrer no país.

Requerimento nesse sentido, dos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS), entre outros, também pede que sejam convidados os presidentes das companhias TAM, Gol e Varig.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao defender a aprovação do requerimento, disse que deseja perguntar aos representantes das empresas por que eles não explicam as causas verdadeiras dos atrasos. Ele informou que entrou na Justiça



Quintanilha, presidente da CMA, sugere que ministro da Defesa seja convidado a falar

com duas ações contra a GOL por atrasos nos vôos.

– Como cidadão, estou processando a GOL duas vezes. Todos nós, profissionais, marcamos nossos compromissos e muitas vezes somos impedidos de cumpri-los por causa de atrasos nos vôos das empresas aéreas – assinalou.

O presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-

TO), sugeriu que a convocação do ministro da Defesa fosse transformada em convite. Arthur Virgílio aceitou a proposta, que recebeu aprovação da comissão.

Foi acatado requerimento do senador Expedito Júnior (PR-RO) para que seja realizada audiência pública destinada a debater a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



Senadores discutem com Hubner as fragilidades do país, que importa da Bolívia 52% do gás

## Senadores exigem segurança em acordo de gás com a Bolívia

Que segurança o Brasil terá no novo acordo de gás a ser assinado com a Bolívia? Essa preocupação foi manifestada por vários senadores durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que contou com a presença do ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside o colegiado, lembrou que 52% do gás consumido no país vem da Bolívia. Com relação a São Paulo, observou, o problema se agrava, já que o estado importa da Bolívia 70% do gás consumido.

– A tendência é que essa dependência da Bolívia aumente em virtude do crescimento da economia brasileira – advertiu Marconi.

Nelson Hubner, entretanto, não acredita que o governo do presidente Evo Morales despreze os acordos a serem assinados. Hubner afirmou que o Brasil "nunca deixou" de receber gás oriundo da Bolívia, mesmo após a posse do novo governo boliviano, sendo que "todos os contratos foram respeitados".

Apesar de observar que o Brasil não produz gás natural suficiente para atender a demanda interna, Nelson Hubner garantiu que o país "não enfrenta uma crise energética". Para ele, o que existem são problemas localizados no fornecimento de gás, na produção e na importação do produto. O

ministro ressaltou que a recente falta de gás veicular, ocorrida principalmente no estado do Rio de Janeiro, ocorreu em virtude de problemas contratuais entre a Petrobras e as usinas térmicas. A líder do governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), concordou com o ministro e informou que a "aventada" crise do gás não ocorreu no seu estado, Santa Catarina, nem em São Paulo.

A diretora de Gás da Petrobras, Maria das Graças Foster, previu que em 2010 o Brasil estará produzindo 55 milhões de metros cúbicos de gás ao dia.

### Outro país

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comentou as declarações do ministro, afirmando que parecia "que ele vivia em outro país", ao negar a existência de uma crise energética. Para o senador, até os investidores estão se negando a participar de leilões em razão da inexistência de um marco regulatório para o setor.

Em resposta, Nelson Hubner salientou que o país deu um salto nos últimos cinco anos no setor energético, em virtude da existência de um planejamento, o que, a seu ver, não ocorreu nos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), não gostou da comparação feita pelo ministro e disse que o planejamento na área de energia ocorreu de forma séria no governo FHC.

## Mozarildo critica matéria sobre o Judiciário

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou matéria de capa do jornal O Globo de ontem, "Judiciário vai gastar, só em obras, R\$ 1,2 bilhão". Na opinião de Mozarildo, a manchete e a submanchete do jornal podem levar os leitores a pensar que tais gastos seriam realizados ainda este ano, quando na verdade são os gastos previstos para os próximos cinco anos.

– A matéria tenta macular a imagem do sistema judiciário. O Poder Judiciário é o pilar mais importante da democracia. Não se pode tratar o sistema judiciário dessa maneira. Na verdade, o Judiciário é um poder que gasta pouco e é essencial

ao Brasil – enfatizou Mozarildo.

Conforme o parlamentar, quem gasta a maior parte do Orçamento da União é o Poder Executivo. Em 2002, disse Mozarildo, o Executivo despendeu cerca de 74% dos recursos do Orçamento, o Judiciário, 19%, e o Legislativo, 6%. Tais percentuais ficaram quase os mesmos nos anos seguintes de acordo com o senador, chegando a participação do Judiciário a 19% em 2003, 14% em 2004, 27% em 2005 e 20% em 2006.

– O trabalho de desacreditar as instituições é um desserviço à democracia. Quero deixar esse meu protesto contra essas matérias apressadas – afirmou.

## Expedito quer investigar Luz para Todos

Expedito Júnior (PR-RO) anunciou ontem a apresentação de um requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia solicitando dados do Programa Luz para Todos, que em seu estado ficou abaixo da meta de universalização para a etapa de 2007. De acordo com o senador, 17,7 mil residências deveriam receber energia em Rondônia, mas apenas 11.146 foram beneficiadas.

– Se as informações não forem suficientes, pedirei uma CPI [comissão parlamentar de inquérito] do sistema elétrico em meu estado – disse.

Um dos pontos que Expedito deseja

ver explicado se refere a detalhes dos contratos. Entre eles, mencionou o que foi assinado em setembro de 2004, no qual foi especificado que o valor constante do ato da assinatura seria corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), retroativo a agosto do mesmo ano, com correção de 12,48%.

– Não posso admitir que brasileiros ainda estejam sem usufruir desse bem tão fundamental que é a energia elétrica. Como parlamentar de um estado que já é tão discriminado pelo governo, não posso admitir que mais essa discriminação se abata sobre Rondônia – assinalou.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova diversos projetos, como o que reconhece direito dos acionistas preferenciais e o que obriga o Pips a licitar projetos

## Flexibilização de contratos com o Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem mensagem presidencial que autoriza a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a realizarem alterações contratuais de operações de crédito externo com o Banco Mundial (Bird). A permissão, que também beneficia as entidades da administração indireta dos entes federativos, tem por finalidade substituir a modalidade "Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa" para "Empréstimo com Margem Fixa", baseada na Libor, a taxa de juros praticada no mercado interbancário de Londres.

## Recuperação de rodovias em SP

Autorização para que o estado de São Paulo possa contratar empréstimo de US\$ 30 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi aprovada ontem pela CAE. Os recursos se destinam ao financiamento da segunda etapa do programa estadual de recuperação de rodovias.

A proposta (MSF 202/07) ainda deve passar pelo exame do Plenário, onde tramitará em regime de urgência, aprovado na CAE a pedido do presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP). A matéria foi relatada por Jayme Campos (DEM-MT).

## Fim do imposto sindical em debate

A pedido de Francisco Dornelles (PP-RJ), a Comissão de Assuntos Econômicos adiou para a semana que vem a votação do projeto que trata da contribuição sindical. Dornelles, relator da matéria no âmbito dessa comissão, informou que não apresentou seu parecer ontem porque quer conhecer o posicionamento dos outros senadores. O assunto é considerado polêmico, pois as centrais sindicais de trabalhadores não querem o fim da obrigatoriedade da contribuição.



Mercadante (à mesa) preside reunião em que a CAE aprova proposta que flexibiliza contratos de entes federados com o Banco Mundial

# Direito a voto pode compensar ausência de dividendo em S/A

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que concede direito de voto aos acionistas preferenciais quando estes não receberem qualquer forma de dividendo no prazo previsto em estatuto – que não pode ser superior a três exercícios consecutivos. Eles terão esse direito até que o pagamento seja realizado, e mesmo que a empresa não tenha obtido lucro no período correspondente.

O projeto de lei (PLS 214/06), de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado pela comissão em caráter terminativo e, por isso, deve ser enviado diretamente à Câmara para apreciação, a menos que haja recurso para análise do Plenário.

Ao apresentar voto favorável à

matéria, Adelmir Santana (DEM-DF), relator da proposição na CAE, afirmou que "prevalece no Brasil um conjunto dual de acionistas: os acionistas controladores, que detêm as chamadas ações ordinárias, com direito a voto, e os acionistas não-controladores, caracteristicamente detentores das chamadas ações preferenciais, que, em geral, não dão direito a voto".

As ações preferenciais, a princípio, não dão direito a voto (ao contrário das ações ordinárias), mas em compensação conferem – ou deveriam conferir – ao seu titular prioridade na distribuição de dividendos.

### Abuso

Valdir Raupp, na justificativa de sua proposta, observa que

"são frequentes as críticas feitas à legislação societária brasileira, especialmente no que tange à fragilidade da situação dos acionistas minoritários das sociedades anônimas". Ele ressalta que "os grupos controladores frequentemente encontram na lei instrumentos para oprimir não só os minoritários com direito a voto, mas também os titulares de ações preferenciais sem direito a voto".

Adelmir disse que o objetivo do projeto é fazer com que, nos casos em que os acionistas controladores retêm a distribuição de dividendos, os acionistas minoritários "preferencialistas" possam ter direito a voto e, assim, serem capazes de influir nas decisões da respectiva empresa.

## Projeto submete contratos do Pips a licitações públicas

As obras do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (Pips) deverão ser submetidas a processo de licitação. Proposta nesse sentido, de autoria do senador César Borges (PR-BA), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Como o projeto (PLS 500/03) foi aprovado pela comissão em caráter terminativo, a matéria deve ser enviada à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise do Plenário.

No texto que apresentou em 2003, César Borges argumenta que a Lei 10.735/03, que instituiu o Pips, "abre a possibilidade

para decisões de alocação de recursos públicos, em obras ou serviços, sem a observância dos ritos e controles previstos na Lei 8.666, de 1993 – a chamada Lei de Licitações". Ele ainda afirma que "a atual redação [da Lei 10.735/03] dá margem a que apenas determinados projetos sejam submetidos ao certame e a que os projetos 'indesejáveis' fiquem previamente excluídos da disputa pelos recursos do Pips".

O senador conclui, em sua justificativa, que, "desse modo, é possível que, no processo de pré-seleção [de projetos] – de responsabilidade dos três níveis do Poder Executivo –, elimine-



Com a proposta, César Borges quer fechar brechas que permitam desvio de verbas

se de fato a concorrência e privilegiem-se empresas e setores, o que abre larga avenida para desvios de recursos e corrupção por parte de administradores inescrupulosos".

A proposta, relatada por Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovada de forma unânime em votação nominal.

## CAE pode sediar debate trimestral sobre a economia

Proposta obrigando o presidente do Banco Central (BC) a comparecer pessoalmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a cada três meses, para fazer exposição sobre a evolução da política monetária, foi aprovada ontem pelo colegiado. O substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) determina ainda ao BC o envio à comissão de relatório trimestral de inflação, no lugar da programação monetária.

O relatório de Jucá resultou do reexame de dois projetos que, em tramitação conjunta, definiam alterações na Lei do Plano Real (Lei 9.069/95). O relator ofereceu parecer favorável ao PLS 26/00, do então senador Paulo Hartung, que apenas previa a presença do presidente do banco na CAE. Foi rejeitado o PLS 685/99, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que estabelecia mecanismos para explicitação dos custos fiscais da política monetária por meio do relatório da programação monetária.

O substitutivo incorpora idéias discutidas desde o início do ano na CAE em torno do relatório trimestral com a programação monetária. Para Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente do colegiado, o parecer trimestral da comissão ao relatório – prática instituída pela Lei do Plano Real – era apenas um ato formal, sem eficácia para a avaliação qualitativa da política monetária.

### Irrelevância

No substitutivo, Romero Jucá referenda os argumentos, ao afirmar que a política de metas de inflação, adotada pelo país após a crise cambial de 1999, utiliza como ferramenta de política monetária a taxa de juros, e não mais o controle da oferta de moeda. Dessa forma, conclui, a programação monetária – que define metas para a expansão da moeda – passou a ser irrelevante.

Por sugestão de Mercadante, a CAE passou a examinar a política monetária trimestralmente, com a presença do presidente do BC, tendo por base a política de metas para a inflação. Mas ainda continuava a aprovar o relatório da programação monetária, por exigência formal. O substitutivo de Jucá, que ainda passará por decisão final em Plenário, altera de uma vez os procedimentos, em parte já adotados.

Objetivo de proposta de Pedro Simon acolhida ontem pela Comissão de Educação é contribuir para a preservação da memória histórica e geográfica regional

## Institutos históricos poderão receber verbas do governo



Marco Maciel (E), Raimundo Colombo e Cícero Lucena discutem pontos de projeto

Os institutos históricos e geográficos dos estados e do Distrito Federal poderão receber contribuições orçamentárias do governo federal. Projeto de lei nesse sentido, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), obteve ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A proposta vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

O projeto (PLS 448/07) autoriza a União a conceder ajuda

financeira para preservação da memória histórica e geográfica regional, de acordo com autorização prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos limites de dotações estabelecidas no Orçamento anual.

Em decisão terminativa, a CE aprovou dois projetos autorizativos: o PLS 291/07, de João Vicente Claudino (PTB-PI), para criação da Universidade Federal do Vale do Gurguéia, em Bom Jesus (PI), e o PLS 450/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO),

para criação da Universidade Federal da Cidade de Goiás.

Já o Projeto de Lei da Câmara 84/07, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com sede em Bagé (RS), recebeu parecer favorável e será agora submetido ao Plenário.

Ainda em decisão terminativa, foram aprovados os PLS 407/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e 451/07, de Marconi Perillo, que autorizam a criação das escolas técnicas federais de São Miguel do Guaporé (RO) e Anápolis (GO).

A CE aprovou também pareceres favoráveis ao Projeto de Resolução 24/07, de Paulo Paim (PT-RS), que cria a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, e ao PLC 69/07, que considera Iguape (SP) o berço da colonização japonesa no Brasil. A comissão aprovou requerimento de Gerson Camata (PMDB-ES) para realização de audiência pública sobre a qualidade dos livros didáticos no país.

## Comissão debate hoje programa educacional da CNI

A Comissão de Educação vai debater hoje, em audiência pública, o programa Educação para a Nova Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O debate contará com a participação do presidente da entidade, deputado Armando Monteiro (PTB-PE).

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), autora da proposta da audiência, explicou na justificativa do requerimento

que o programa, lançado em agosto, foi desenvolvido e será executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) entre 2007 e 2010. Os investimentos somarão R\$ 10,5 bilhões, informou a senadora, e a meta é matricular 16,2 milhões de estudantes em educação básica e profissional.

Marisa Serrano disse ainda que o programa inclui a educa-

ção básica e continuada, bem como a educação profissional, o que compreende capacitação de docentes e a modernização de laboratórios, oficinas, máquinas, equipamentos e unidades móveis. O objetivo, destacou a senadora, é atender demandas da indústria brasileira.

A audiência pública terá início às 9h, na sala Florestan Fernandes, Plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

## Inácio Arruda comemora acordo para siderúrgica

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou, em discurso, recente acordo para a construção de uma usina siderúrgica no Ceará. Ele lembrou que o empreendimento é reivindicado pela população cearense há décadas e trará grandes benefícios para a região.

Segundo informou, o acordo foi fechado entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Dongku, da Coreia do Sul, em reunião no Palácio do Planalto,

com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério de Minas e Energia, do governador do Ceará, Cid Gomes, e do próprio presidente Lula.

O parlamentar disse que vários ex-governadores do Ceará lutaram durante seus mandatos pela instalação da siderúrgica, como Virgílio Távora, Ciro Gomes e Tasso Jereissati. "Quero fazer o registro dos que se empenharam, dos que

lutaram, dos que se manifestaram de forma tenaz para alcançar esse resultado", salientou.

O senador acrescentou que a siderúrgica poderá alavancar o crescimento econômico do estado e melhorar a distribuição de renda. "É o que nós queremos. Precisamos parar esse êxodo do nosso povo em direção ao Norte, ao Sudeste, ao Centro-Oeste, ao Sul para buscar melhores condições de vida", declarou.



Na audiência, José Antônio Parente (E), Valter Pereira, Marcos Formiga e Schneider

## Lúcia Vânia quer nova Sudeco com condições mínimas para atuação

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) não demonstrou, durante audiência pública realizada ontem no Senado, ter ficado convencida da validade de se recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) sem que o organismo disponha de condições mínimas para fomentar o crescimento da região.

— Minha dificuldade, hoje, em relatar esse projeto [na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania], se prende a isso: o Centro-Oeste não precisa de um órgão que já começa capangando, que não tem flexibilidade, nem estrutura própria, nem um banco para gerenciar os fundos. Não podemos permitir a criação de um cabide de empregos — afirmou Lúcia Vânia, também presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que promoveu a audiência pública.

### Apelo

Por sua vez, o secretário de desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, José Antônio da Silva Parente, apelou aos senadores para que aprovem sem alterações o projeto de lei complementar (PLC 119/06). "Se não aprovei-

tarmos esse momento histórico, quando há um esforço do governo federal para recriar a Sudam e a Sudene, poderemos perder o bonde da história", frisou. O apelo foi repetido pelo outro representante do ministério, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, Christian Periller Schneider, observando que qualquer mudança feita pelo Senado obrigará a matéria a retornar à Câmara dos Deputados.

Já o senador Jayme Campos (DEM-MT) declarou que o governo não tem compromisso com o Centro-Oeste e "transformou a região em refém de uma política ambiental perversa". O senador Gim Argello (PTB-DF) sugeriu que o FCO seja transferido do Banco do Brasil para o Banco de Brasília (BRB).

Presidindo a reunião, o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) pediu apoio a projeto de sua autoria (PLS 5/07) que retira Mato Grosso da Amazônia Legal.

Também participaram da discussão o ex-secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Marcos Formiga, e o ex-diretor de Políticas Regionais do ministério, Valdemar Ottani.

## CCJ aprova duas indicações para o Superior Tribunal de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou as indicações dos desembargadores Jorge Mussi, de Santa Catarina, e Sidnei Agostinho Benetti, de São Paulo, para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As duas mensagens, que receberam votos favoráveis de Ideli Salvatti (PT-SC) e Aloizio Mercadante (PT-SP), respectivamente, seguem para o Plenário.

Durante debate na CCJ, Benetti destacou a utilidade de meios eletrônicos, como videoconferência, em interrogatórios, ressaltando que devem ser adotadas medidas para evitar distorções.

Diante de questionamentos de

Mercadante sobre a necessidade de agilização da Justiça, Benetti apontou avanços obtidos a partir da reforma do Judiciário.

No mesmo sentido, Jorge Mussi considerou acertada a criação do Conselho Nacional de Justiça, que, disse, assegurou um espaço de controle por parte da sociedade e ao mesmo tempo contribuiu para a padronização de procedimentos, dando mais eficiência ao Judiciário.

A experiência profissional dos dois indicados foi ressaltada por Ideli Salvatti, que também manifestou a satisfação da população de seu estado com a indicação de Mussi ao STJ.